

**FINANÇAS PESSOAIS: EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DA SEFAZ – MT***PERSONAL FINANCE: FINANCIAL EDUCATION OF PUBLIC SERVANTS IN
SEFAZ-MT*Camila Pereira Dorileo ¹Graziele Oliveira Aragão Servilha ²Josiane Silva Costa dos Santos ³Leandro José de Oliveira ⁴

RESUMO: O objetivo deste artigo foi identificar as características do endividamento dos servidores públicos da SEFAZ – MT. De natureza descritiva e com abordagem quali-quantitativa, o estudo utilizou um levantamento do tipo *survey* para a coleta de dados. A amostra compreendeu 64 servidores efetivos da SEFAZ – MT. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 32 questões, aplicado por meio da ferramenta Google Forms, devido à situação pandêmica. Os dados foram organizados no *software Microsoft Office Excel*, analisados e apresentados na forma de gráficos e tabelas. Os resultados apontaram que os servidores públicos são, em sua maioria, casados, têm entre 41 e 60 anos, possuem especialização na área e atuam há mais de 10 anos nos serviços públicos. Quanto ao aspecto socioeconômico, eles têm renda familiar bruta superior a 11 salários mínimos, têm dois filhos e possuem casa própria. A situação de endividamento dos servidores mostrou-se controlada, pois 82,8% deles não possuem dívidas em atraso. O nível de endividamento dos servidores caracterizou-se como pouco endividado (34,34%) ou mais ou menos endividado (25%), evidenciando controle sobre as finanças pessoais. Conclui-se que o nível de educação financeira dos servidores está entre o médio (56,2%) e o alto (21,9%), o que é um ponto positivo, pois a educação financeira leva ao controle de gastos. Quanto maior o nível de conhecimento financeiro, maior o controle.

Palavras-chave: endividamento; servidores; gestão financeira.

ABSTRACT: *This article aimed to identify the characteristics of indebtedness among public servants of the Mato Grosso State Finance Secretariat (SEFAZ-MT). The study employed a mixed-methods approach (qualitative and quantitative) and used a survey to collect data. The sample consisted of 64 permanent SEFAZ-MT employees. Due to*

¹ Graduada em Ciências Contábeis. Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: camiladorileo29@gmail.com

² Mestra em Economia. Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: graziele.aragao@unemat.br

³ Doutora em Ciências Contábeis. Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: josiane.santos@unemat.br

⁴ Mestre em Economia. Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: leandro.oliveira@unemat.br

the pandemic, the data collection instrument, a 32-question questionnaire, was administered via Google Forms. We organized the data in Microsoft Excel, analyzed it, and presented it in graphs and tables. The results indicated that most public servants are married, between 41 and 60 years old, specialized in their field, and have worked in public service for over 10 years. Socioeconomically, they have a gross family income exceeding 11 minimum wages, have two children, and own their homes. The debt situation of public servants has been determined to be stable, with 82.8% having no overdue debts. Civil servants were described as slightly (34.34%) or somewhat (25%) indebted, showing control over their personal finances. We concluded that the level of financial literacy among civil servants ranges from medium (56.2%) to high (21.9%), which is positive because financial literacy leads to financial control.

Keywords: indebtedness; servers; financial management.

1 INTRODUÇÃO

A má gestão dos recursos ligada ao endividamento não está relacionada ao quanto se ganha, e sim ao quanto se gasta. Assim sendo, a estabilidade financeira não depende apenas da renda, mas de como se administra o dinheiro. Portanto, devido à gestão ineficiente dos recursos recebidos, a alta renda pode não garantir a sustentabilidade de um padrão de vida confortável (Rodrigues, 2017). Por isso, a educação financeira vem sendo uma realidade vivenciada pelos brasileiros, porém pouco discutida (Vieira; Bataglia; Sereia, 2011).

São inúmeras situações que podem levar ao endividamento, principalmente quando voltadas aos servidores públicos, isso pela facilidade e disponibilidade de crédito oferecido no mercado. Por isso, é necessário compreender os aspectos relacionados à educação financeira, especialmente quanto aos hábitos de consumo, investimentos, percepção de risco, nível de endividamento social para assim determinar as causas (Silva; Silva Neto; Araújo, 2017).

Diante do exposto, o estudo teve como objetivo geral: identificar as características do endividamento dos servidores públicos da SEFAZ – MT. E como objetivos específicos: (i) traçar o perfil socioeconômico dos servidores públicos da SEFAZ – MT; (ii) caracterizar o nível de endividamento dos servidores; e (iii) verificar como ocorre o gerenciamento das finanças pessoais dos servidores públicos.

Considerando o fato de a educação financeira ser um aspecto importante na melhoria da qualidade de vida das pessoas, justifica-se a pesquisa por subsidiar decisões financeiras e econômicas que afetam diretamente o bem-estar pessoal (Brito; Baptista; Silva, 2012). Assim sendo, pretende-se entender a ocorrência de eventos que possam impactar nas gerências dos recursos. A pesquisa torna-se relevante por contribuir para a compreensão da educação financeira e do nível de endividamento dos servidores, pois, existe a ideia de que o funcionário público tenha escolhido o cargo público por ter aparentemente um perfil conservador e, conseqüentemente, esse perfil conservador refere-se ao consumo, tendo a tendência de não se endividar (Flores; Vieira; Coronel, 2012).

Diante disso, considerando que a maioria dos servidores da SEFAZ - MT é graduada em contabilidade, subentende-se que, com a formação nessas áreas, tenham uma base maior sobre o assunto (Fernandes, 2011). Dessa forma, almeja-

se difundir o tema e contribuir para o seu aprofundamento em pesquisas futuras sobre finanças pessoais em outros âmbitos das organizações públicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Endividamento

Segundo Bittencourt (2011), consumismo pode ser entendido como a conquista de bens materiais de modo desorganizado, sofrendo interferências externas que levam de forma compulsiva ao gosto do indivíduo por determinados produtos, acreditando que o ato de adquirir esses gêneros lhe proporcionará bem-estar. O consumismo está ligado ao ato econômico de oferta contínua, reposição e descarte de produtos, sendo as sociedades capitalistas que retratam as atribuições consumistas entre os indivíduos. Dessa forma, o consumismo desenfreado pode ocasionar o endividamento.

O consumismo pode estar ligado ao desejo de consumir. Com isso, Maslow (1954) *apud* Fernandes e Pereira (2017) afirma que as necessidades humanas são estruturadas e dispostas em uma hierarquia, no escopo de importância e influência. Em ordem decrescente de urgência, as necessidades são divididas em: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de respeito e necessidades próprias de realização. Portanto, o mais básico e essencial é o nível mais fraco no nível fisiológico. Urgência é a necessidade de autorrealização.

As pessoas têm níveis de necessidades; estes são focados nas queixas relatadas por elas, que indicam os seus desejos. Por sempre quererem o que não têm, estão inclinados a reclamar, independentemente do nível de exigência. Quanto maior o nível, maiores são os desejos e, conseqüentemente, mais fortes são as reclamações e frustrações das pessoas (Maslow, 1954, *apud* Fernandes; Pereira, 2017).

Desse modo, como consequência dessa necessidade constante de adquirir bens, as pessoas podem buscar outros meios para adquiri-los como o crédito consignado que é uma política pública de crédito à pessoa física. No Brasil, é uma das modalidades de empréstimo pessoal mais seguras tanto para quem empresta quanto para quem toma emprestado, com taxas de juros mais baixas do que as praticadas nas demais modalidades. No entanto, a facilidade de acesso ao crédito, associada à incapacidade de administrar dinheiro, pode causar endividamento pessoal e familiar (Souza, 2015).

O aumento da oferta de crédito pode ser considerado bom, mas, por outro lado, deve ser usado com cautela, pois os juros cobrados podem ter um custo muito alto. É preciso ter planejamento para entender se o encargo cobrado é suficiente e se o valor assumido cumprirá o orçamento (Lisboa, 2012)

A dívida pode ser vista como a propensão do consumidor para financiar suas compras. Um dos componentes dessa idealização é a preferência por crédito que estabelece relações com as opções intertemporais das pessoas entre consumir agora (por meio do uso de crédito) e deixar para depois (pagando à vista). A compreensão desse aspecto é importante, uma vez que o parcelamento, seja no cartão de crédito, em carnês ou em cheques pré-datados, é muito utilizado pelos consumidores brasileiros para antecipar a compra de bens e serviços (Miotto, 2013).

A grande oferta de bens, mesmo os de pequeno valor, que podem ser parcelados, e o aumento da oferta de crédito são motivos que levam o consumidor a um estado de inadimplência, sobretudo aqueles com maior restrição orçamentária e que não têm reservas para qualquer imprevisto. O aumento da quantidade de contas parceladas pode afetar o nível de dificuldade do gerenciamento das finanças e, assim, acentuar a probabilidade de situações de inadimplência (Miotto, 2013).

Profissionais endividados ficam tão preocupados em pagar as dívidas e, ao mesmo tempo, ansiosos pela pressão dos credores, que acabam perdendo o foco das suas atividades profissionais. O desempenho fica comprometido, sentem-se desmotivados, podendo acarretar até a perda do emprego (Souza, 2015). Nesse contexto, o comportamento financeiro dos servidores públicos é influenciado pelo fato de terem fácil acesso a crédito, baseado na estabilidade e na garantia de renda dos servidores públicos, com oscilações pequenas. Esses consumidores se tornaram o principal público-alvo das instituições financeiras (Verly, 2018).

Diante disso, em 2017, atingiu R\$ 291,4 bilhões em empréstimos consignados, e 94% foram destinados a servidores públicos (R\$ 169 bilhões) e a aposentados e pensionistas do INSS (R\$ 104 bilhões). O restante foi destinado a trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Brasil, 2017). Em comparação com o ano de 2021, o crédito consignado atingiu o recorde de R\$ 442,8 bilhões contratados em 2020, no mesmo período, foi de R\$ 388,6 bilhões (Banco Central do Brasil, 2021).

2.2 Educação financeira

O dinheiro é uma forma de poder. No entanto, a educação financeira é ainda a mais poderosa. O dinheiro vai e vem, porém, se tiver uma educação na operação do dinheiro, obterá o poder de controlá-lo e poderá começar a acumular riqueza. A razão pela qual o pensamento positivo simples não funciona é porque a maioria das pessoas foi à escola e nunca entendeu como funciona o dinheiro, portanto, trabalhou por dinheiro durante toda a vida (Kiyosaki; Lechter, 2000).

A educação financeira pode trazer diversos benefícios, incluindo o equilíbrio das finanças pessoais, o preparo para imprevistos financeiros e aposentadoria, habilitar-se para fazer pleno uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de fraude e se preparar para o futuro (Banco Central do Brasil, 2013). Assim sendo, a educação financeira é um processo educativo, que possui mecanismos próprios e ajuda na gestão financeira. Ela é capaz de organizar financeiramente atividades, trabalhos, profissões e lazer, proporcionando bem-estar (Rodrigues, 2017).

Pensando nisso, o Governo Federal dispõe o Decreto n.º 7.397/2010, que busca estimular a população a gerir seu próprio dinheiro.

Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (Brasil, 2010, p.7).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada em 2010 e é administrada pelo Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF). O Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020, instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que passará a ser a academia responsável pela gestão da ENEF e pelo incentivo à realização de ações educativas de interesse público destes temas, entidades e organizações privadas e divulgação de suas ações à sociedade (Banco Central do Brasil, 2020).

Dessa forma, é preciso entender o funcionamento do mercado financeiro e analisar as diversas opções de investimentos para minimizar as possíveis perdas ou custos. O mercado financeiro é um dos principais meios para se acumular ou captar recursos. É composto por instituições financeiras que possuem funções distintas para organizar e fiscalizar as transações financeiras no mercado (Fernandes, 2011).

Na modalidade de investimentos, o investidor busca economizar sua renda para sempre dispor de dinheiro quando necessário e conseguir remuneração sobre esse capital. A remuneração do capital investido é baseada em informações passadas e presentes, bem como em probabilidades de futuros acontecimentos econômicos. Logo, não é possível saber, com certeza, qual será o possível resultado financeiro, o que representa uma situação de risco para o investidor (Fernandes, 2011). O planejamento financeiro será essencial para um equilíbrio financeiro e a realização de investimentos (Silva, 2018).

Desse modo, a educação financeira pode ser vista como um investimento que beneficia tanto os consumidores quanto as entidades financeiras que prestam esses serviços, pois, quando os consumidores aprendem bons métodos e os põem em prática, melhora significativamente a qualidade de vida e a tomada de decisões financeiras (Verly, 2018).

Em termos de planejamento financeiro sólido, muitas vezes são positivos, como a obtenção de ativos que podem manter um padrão de vida agradável, proteção na aposentadoria, condição de uma boa escola para os filhos e atingir as metas de viagens. Porém, mais do que a fase de refinamento, é a sua implementação, afinal, é mais fácil elencar objetivos do que pôr em prática, até porque os desejos são ilimitados e os recursos não (Lisboa, 2012).

Para quem não consegue economizar, uma opção é fazer uma promessa, como formar consórcio, previdência privada ou adquirir um terreno parcelado. Mas, antes de tomar qualquer decisão, além de determinar a economia mensal, você também deve verificar o prazo e as despesas administrativas, sem que isso possa afetar o orçamento (Lisboa, 2012).

2.3 Finanças pessoais

Gerenciar as finanças pessoais sempre foi um grande desafio, porém com a intensidade e variedade de tarefas a serem realizadas no dia a dia, vai se tornando mais difícil. Superar obstáculos que podem afetar sua trajetória financeira pessoal e familiar é uma meta que exige planejamento, dedicação e estratégia. A formação de todos os bens de uma família começa com a organização das finanças pessoais, afinal, é nessa fase que começa todo o planejamento (Lima *et al.*, 2019).

Gitman (2004) define finanças como a arte e a ciência da gestão do dinheiro. Praticamente todos os indivíduos e organizações recebem, gastam ou investem dinheiro. A área de finanças preocupa-se com os processos, instituições, mercados e instrumentos associados à transferência de dinheiro entre particulares, empresas e órgãos governamentais.

Embora os funcionários públicos gozem de maior estabilidade no emprego, nem sempre conseguem se livrar de grandes dívidas, que podem causar enormes prejuízos econômicos e emocionais. Um funcionário público estável se torna muito procurado por bancos e instituições financeiras, que oferecem ofertas supostamente proveitosas, mas com o tempo, isso pode se tornar um grande problema, afetando a receita do servidor no longo prazo (Verly, 2018). Além de ter estabilidade financeira, é importante ter hábitos e cultura para manter-se organizado. Para isso, é preciso que haja um controle das finanças pessoais (Gomes; Sorato, 2010).

Ter as finanças organizadas contribui não só para a tomada de decisões, como também para se tornar mais consciente e organizado e encontrar felicidade. Uma felicidade menos efêmera e mais duradoura não é porque nos leva à riqueza, mas porque busca a paz interior de uma vida mais equilibrada e harmoniosa (Sousa *et al.*, 2018).

Para encontrar esse equilíbrio, Lisboa (2012) indica o fluxo de caixa, que é um instrumento que permite um controle mensal dos gastos e controla fundos pessoais por um período, considerando a importância de ter uma reserva e futuros investimentos. Em termos de finanças, o orçamento adota o conceito de receita e despesa, enquanto o fluxo de caixa é controlado pela entrada e saída de recursos. Assim sendo, o planejamento financeiro possibilita uma vida financeira equilibrada.

A gestão do fluxo de caixa é uma ferramenta importante para a gestão financeira. Uma boa gestão dos fluxos de capital (receitas e despesas) pode minimizar possíveis disparidades entre as datas de entrada e saída de recursos. Normalmente, nosso orçamento é equilibrado e até gera capacidade de economia. Contudo, o fluxo pode ser temporariamente negativo, o que pode levar ao resgate insuficiente do investimento ou a incorrer em custos financeiros (Sousa *et al.*, 2018).

Um fator importante nas finanças é realizar investimentos. Segundo Lizote *et al.* (2016), o primeiro passo para começar e gerenciar investimentos é organizar suas finanças pessoais. O controle de dívidas e a implementação de um plano coerente devem comprovar sua situação financeira e de recursos, aqueles que já estão inclusos em algumas despesas e aqueles que podem investir. Por isso que Eker (2006, p.146) afirma “o dinheiro é que tem que trabalhar para você”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracterizou-se como descritiva e com abordagem qualitativa com predominância quantitativa. Descritiva por especificar as características de uma população ou fenômeno, ou ainda estabelecer a relação entre as variáveis, e o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e observações sistemáticas. Estuda as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, entre outros (Gil, 2002). Qualitativa pelo fato de obter dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos de interação por meio do contato direto dos pesquisadores com a situação

de pesquisa, visando compreender o fenômeno na perspectiva do sujeito, ou seja, do participante em situação de pesquisa (Godoy, 1995). Quantitativa, pois, segundo Appolinário (2007, p. 155) *apud* Acordi (2019), é a modalidade de pesquisa na qual variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente. Os resultados também são analisados com o uso preponderante de métodos quantitativos (ex.: estatísticos)”.

Quanto aos procedimentos técnicos, classificada pela técnica de levantamento *survey* que é “pesquisa que procura descrever com exatidão algumas características de populações designadas” (Tripodi *et al.*, 1981, p. 39). O trabalho foi realizado por meio da técnica de pesquisa bibliográfica e documental com consulta a artigos, monografias e dissertações e reportagens de jornais em sites da internet.

A população é constituída por 221 servidores públicos estaduais efetivos da Secretaria Adjunta de Relacionamento com o Contribuinte SARC, órgão que atende a todas as agências fazendárias e regionais de Mato Grosso, que fazem parte do organograma da SEFAZ – MT. Porém, obtivemos 64 respondentes da pesquisa, representando 28,9% da população. Justifica-se a ausência de respostas, pelo fato de 7 (sete) servidores estarem afastados temporariamente, em gozo de férias ou licença, e os demais por não se sentirem à vontade em responder. O critério utilizado para a delimitação da amostra foi a conveniência e a acessibilidade. As respostas foram coletadas por meio de um questionário, enviado por e-mail, com perguntas fechadas, utilizando a ferramenta *Google Forms*, devido à situação pandêmica. Para a tabulação, foi utilizado o *software Microsoft Office Excel*, analisados e apresentados em tabelas e gráficos, comparando com resultados de pesquisas anteriores.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para construir uma base fundamentada sobre endividamento, educação financeira, finanças pessoais e estudos anteriores. Posteriormente, foram aplicadas perguntas nos estudos de Ferreira (2020) com as devidas adaptações.

A Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, que é o objeto de estudo, foi criada em 14 de outubro de 1911, por meio da Lei n.º 583, no governo de Joaquim da Costa Marques (SEFAZ, 2021). O estado, onde se situa, possui uma área territorial de 903.207,050 km² e uma população estimada de 3.526.220 habitantes (IBGE, 2020). Um PIB *per capita* anual de 137.443 reais (IBGE, 2021). O questionário utilizado como instrumento da coleta de dados foi composto por 32 (trinta e duas) questões, divididas em 4 (quatro) blocos de análise. O Bloco A apresenta perguntas sobre as características da amostra; o Bloco B traz questões sobre o perfil socioeconômico dos participantes; o Bloco C aborda as questões sobre endividamento e o Bloco D apresenta questões sobre educação financeira.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos participantes

As questões que constituíram o perfil dos servidores pesquisados abordam: idade, gênero, estado civil e grau de escolaridade (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil dos servidores

1 - Gênero	Quant.	%
Masculino	32	50
Feminino	32	50
Total	64	100
2 - Idade	Quant.	%
31 a 40 anos	10	15,6
41 a 50 anos	20	31,3
51 a 60 anos	27	42,2
Acima de 60 anos	7	10,9
Total	64	100
3 - Estado Civil	Quant.	%
Casado (a)	37	57,8
Divorciado (a)	10	15,6
Solteiro(a)	8	12,5
União estável	5	7,8
Viúvo(a)	3	4,7
Outro	1	1,6
Total	64	100
4 - Raça	Quant.	%
Branco	32	50
Pardo	27	42,2
Preto	4	6,2
Amarelo ou Ocidental	1	1,6
Total	64	100
5 - Escolaridade	Quant	%
Especialização	53	82,8
Superior completo	8	12,5
Mestrado	3	4,7
Total	64	100

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Constatou-se que 50% do total dos 64 respondentes são do gênero feminino e 50% são do gênero masculino. Quanto à faixa etária, não houve participantes com idade entre 18 e 30 anos. A maioria dos servidores tem entre 41 e 60 anos, correspondendo a 73,5% da pesquisa. Trata-se de um público experiente, o que pode indicar prudência em decisões relacionadas à gestão financeira (Silva; Texeira; Beiruth, 2017). O mesmo acontece na pesquisa de Silva, Neto e Araújo (2017), que descrevem o público de sua pesquisa como mais amadurecido e prudente em suas decisões financeiras.

Quanto ao estado civil, 57,8% dos servidores declararam ser casados, o que representa a maioria. No que diz respeito à raça dos entrevistados, conforme a Tabela 1, não houve respondentes que se declararam indígenas; entre os respondentes, 50% se declararam brancos, 42,2% pardos, 6,2% pretos e 1,6% amarelos ou ocidentais.

Quanto à escolaridade, não houve titulação em doutorado; observou-se que 82,8% dos participantes têm especialização. Esses resultados divergem da pesquisa de Ferreira (2020), na qual 95,62% dos participantes afirmaram ter, no mínimo, o ensino superior completo. Claudino, Nunes e Silva (2009), contribuindo com a pesquisa, asseguram que a escolaridade é um fator determinante no aspecto de controle das finanças.

4.2 Perfil Socioeconômico

Para atingir o objetivo de identificar as características do endividamento dos servidores públicos da SEFAZ – MT, traçou-se o perfil socioeconômico dos servidores participantes (Tabela 2).

Tabela 2 – Perfil dos servidores

1 - Qual o motivo da opção pela Carreira Pública?	Quant.	%
Estabilidade	49	76,6
Remuneração	11	17,2
Não respondeu	3	4,6
Sistema Próprio de Aposentadoria	1	1,6
Total	64	100
2 - Qual o tempo de atuação na carreira pública?	Quant.	%
Acima de 10 anos	57	89,1
De 4 a 10 anos	7	10,9
Até 3 anos	-	-
Total	64	100
3 - Renda Mensal Bruta Pessoal?	Quant.	%
Acima de 11 salários mínimos	41	64,1
Entre 7 e 10 salários mínimos	14	21,9
Não respondeu	6	9,4
Entre 4 e 6 salários mínimos	3	4,6
Entre 1 e 3 salários mínimos	-	-
Total	64	100
4 - Renda Mensal Bruta Familiar?	Quant.	%
Acima de 11 salários mínimos	44	68,8
Entre 7 e 10 salários mínimos	9	14,1
Não respondeu	6	9,2
Entre 4 e 6 salários mínimos	4	6,3
Entre 1 e 3 salários mínimos	1	1,6
Total	64	100
5 - Quantidade de filhos?	Quant.	%
2 filhos	33	51,6
1 filho	11	17,2
Nenhum filho	8	12,5
3 filhos	8	12,5
4 filhos	3	4,6
Acima de 5 filhos	1	1,6
Total	64	100
6 - Dependentes financeiros	Quant.	%
2 dependentes	20	31,3
1 dependente	17	26,6
3 dependentes	12	18,8
Nenhum	11	17,1
4 dependentes	3	4,6
5 dependentes	1	1,6
Total	64	100
7 - Qual sua situação de moradia?	Quant.	%
Própria	42	65,6
Financiada	14	21,9
Alugada	8	12,5
Total	64	100

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Quanto ao ingresso na carreira pública, 76,6% dos servidores pesquisados citaram a estabilidade como principal motivo, seguido pela remuneração, com 17,2%. Do total, 89,1% dos servidores atuam nessa carreira há mais de 10 anos. Oliveira *et al.* (2021) correlacionam-se com o estudo, pois 62,81 % dos entrevistados afirmaram que a estabilidade foi um fator que induziu à entrada no serviço público.

Os resultados também mostram que 65,6% dos servidores possuem casa própria. Com relação à renda, 64,1% recebem mais de 11 salários mínimos, e a maioria dos entrevistados tem renda familiar bruta também superior a 11 salários mínimos. Considerando que a média salarial dos brasileiros em 2019 foi de R\$ 2.975,74, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação financeira dos servidores é bastante privilegiada. (Agência Brasil, 2021). Em Mato Grosso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD divulgou, em 2020, que o rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população é de R\$ 1.401 (IBGE, 2021).

Percebe-se que essa renda é adequada para os servidores, pois a maioria (68,8%) tem de 1 a 2 filhos, e 12,5% não têm filhos. Isso demonstra que os servidores conseguem administrar sua renda de acordo com a quantidade de dependentes. Isso se confirma quando consideramos a quantidade total de dependentes financeiros: 93,8% dos entrevistados afirmaram ter de zero a três dependentes.

O censo de 2010 mostra que as mulheres brasileiras têm, em média, 1,9 filhos. Desde a década de 1960, em todas as regiões do Brasil o número de filhos por mulher vem diminuindo (IBGE, 2010). Nesse contexto, um estudo realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) registrou que o Brasil, em 2018, registrou uma taxa de fecundidade de 1,7 filhos por mulher, isto é, está abaixo da média mundial, que é de 2,5. Diante disso, percebe-se que, no Brasil, a redução do número de filhos por mulher ocorreu de forma progressiva nos últimos anos. Mas, em geral, devido às desigualdades no país, principalmente na educação e na renda, impactam diretamente as taxas de fecundidade (UNFPA, 2019).

Diante dos resultados da pesquisa de Claudino, Nunes e Silva (2009), afirma-se que, quanto maior o número de dependentes, maior será a parcela da renda que será gasta.

4.3 Nível de endividamento

Com o intuito de caracterizar o nível de endividamento dos servidores, os resultados evidenciam, a partir do Bloco C, sobre o endividamento dos servidores se eles possuíam dívidas em atraso; qual o principal motivo da ocorrência do atraso, qual o motivo pelo qual o servidor considera sua principal dívida e bem como demonstra se possuem dívidas a longo prazo (Tabela 3).

Tabela 3 – Situação das dívidas

1 - Possui dívidas em atraso?	Quant.	%
Não.	53	82,8
Sim	11	17,2
Total	64	100
2 - Principal motivo do atraso das dívidas?	Quant.	%
Falta de planejamento	4	36,3
Queda de renda	4	36,3

Altas taxas de juros	2	18,1
Acesso fácil ao crédito	1	9,3
Atraso do salário	-	-
Alta propensão ao consumo	-	-
Problemas de saúde	-	-
Total	11	100
3 - Principal tipo de dívida	Quant.	%
Não respondeu	26	40,7
Empréstimo Consignado	15	23,4
Financiamento de bem imóvel	11	17,2
Cartão de Crédito	7	10,9
Empréstimo pessoal	2	3,1
Outras dívidas	2	3,1
Financiamento de bem móvel	1	1,6
Cheque especial	-	-
Total	64	100
4 - Possui dívidas a longo prazo?	Quant.	%
Mais de 48 meses	26	40,6
Não tenho dívidas de longo prazo	13	20,3
Entre 25 e 48 meses	13	20,3
Entre 13 e 24 meses	6	9,4
Entre 7 e 12 meses	4	6,3
Até 6 meses	2	3,1
Total	64	100

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

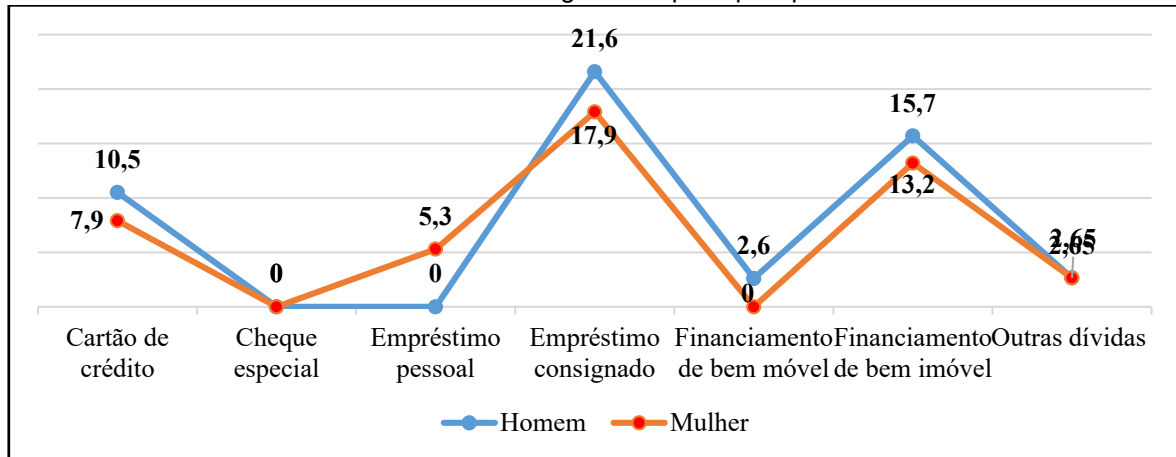
A Tabela 3 evidencia a situação de dívidas dos servidores. Os resultados revelam que a maioria (82,8%) não possui dívidas em atraso, enquanto 17,2% dos servidores apresentaram dívidas e o principal motivo é a falta de planejamento e queda de renda, representando 36,3%. Resultados se assemelham aos do estudo de Ferreira (2020), no qual 77,32% dos servidores pesquisados não possuem dívidas em atraso. A pesquisa aponta que, mesmo em percentuais menores, os servidores possuem dívidas em atraso pelas altas taxas de juros (18,1%) e pelo acesso fácil ao crédito (9,3%). Nesse contexto, Souza (2015) relata que o endividamento tem crescido com a ampliação da oferta de crédito e pela facilidade de obtê-lo, ampliando o poder de compra do servidor no presente, mas reduzindo-o no futuro, dado o custo de cumprir suas obrigações de pagamento da dívida.

Em relação ao principal tipo de dívida, 23,4% dos servidores disseram ser empréstimo consignado, como financiamento de bem imóvel (17,2%). No entanto, observou-se que 40,7% dos pesquisados optaram por não responder à questão. A pesquisa contrapõe Ferreira (2020), na qual grande parte dos servidores relatou ser do cartão de crédito a principal dívida. Estudos da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revelam que 84,6% das famílias brasileiras estão endividadas devido ao cartão de crédito (CNC, 2021).

Lucena (2019) afirma que, em sua pesquisa sobre a falta de planejamento financeiro e o endividamento de bombeiros militares do estado da Paraíba, grande parte dos entrevistados possui dívidas e utiliza o cartão de crédito, comprometendo sua renda com empréstimos e financiamentos.

Quanto à dívida de longo prazo, a maioria dos servidores (40,6%) possui dívidas com prazo superior a 48 meses, porém 20,3% apontaram não possuir dívidas de longo prazo. Diante disso, foi realizada uma análise entre as variáveis do gênero e o principal tipo de dívida.

Gráfico 1 – Análise de gênero x principal tipo de dívida



Fonte: dados da pesquisa (2021)

A pesquisa revela que tanto o gênero masculino quanto o feminino possuem como principal dívida o empréstimo consignado, sendo 21,6% e 17,9%, respectivamente. Logo após o financiamento de imóvel e o cartão de crédito. Percebe-se ainda que o gênero masculino (53,05%) possui mais dívidas do que o gênero feminino (46,95%).

Ainda para avaliar o nível de endividamento dos servidores, a Tabela 4 evidencia as compras com cartão de crédito ou cheque especial.

Tabela 4 – Compras com cartão de crédito ou cheque especial

1 - Faz uso do cartão de crédito?	Quant.	%
Sim	63	98,4
Não	1	1,6
Total	64	100
2 - Se sim, qual a porcentagem do uso do cartão nos seus gastos?	Quant.	%
De 5 a 20%	19	29,7
De 21 a 40%	14	21,9
De 41 a 60%	10	15,6
De 61 a 80%	7	10,9
Mais de 80%	7	10,9
Menos de 5%	6	9,4
Não possui cartão de crédito	1	1,6
Total	64	100
3 - Já utilizou a forma de parcelamento da fatura do seu cartão de crédito	Quant.	%
Não	44	68,8
Sim	20	31,2
Total	64	100

4 - Você considera o cartão de crédito uma renda extra?	Quant.	%
Não	58	90,6
Sim	6	9,4
Total	64	100
5 - Usa cheque especial com qual frequência?	Quant.	%
Nunca	30	46,9
Raramente	23	35,9
Mensalmente	8	12,5
Semestralmente	2	3,1
Semanalmente	1	1,6
Total	64	100

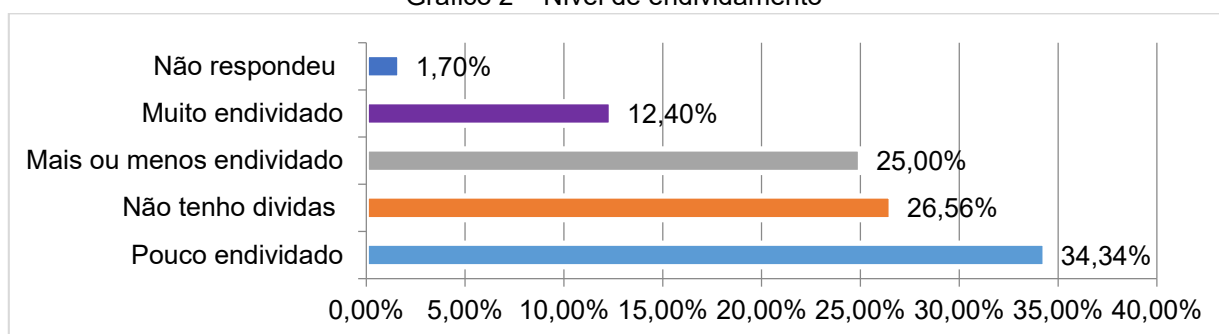
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação ao uso do cartão de crédito quanto aos gastos, 29,7% responderam que utilizam o cartão com frequência de 5 a 20%. É visto que 68,8% nunca utilizaram o parcelamento para pagar a fatura do cartão de crédito e 31,3% já usufruíram desse serviço. Foram questionados se consideram o cartão de crédito uma renda extra; 90,6% dos servidores disseram não considerar o cartão de crédito como forma complementar de renda. Segundo Silva (2018), quanto à intenção de obter o cartão de crédito como forma de renda extra, 78% dos pesquisados discordam e 46% dos servidores não usam o cheque especial.

Aos pesquisados foi questionado ainda se ao realizar uma compra parcelada, contam com o dinheiro que ainda não possuem, 39,1% afirmaram que parcelam compras sem ainda ter o dinheiro disponível, enquanto a grande maioria dos servidores não fazem compromisso sem ter a renda (60,9%). Vieira *et al.* (2014) corroboram a pesquisa, afirmando que o uso excessivo do cartão de crédito pode levar ao desequilíbrio financeiro, pelo fato de não se visualizar a saída do dinheiro de maneira imediata. No que se refere ao uso do cheque especial, 82,8% raramente e/ou nunca utilizam essa modalidade de crédito. Apesar de o cheque especial ser acessível aos servidores, optam por não usar.

Para compor a análise do endividamento, a pesquisa apresenta no Gráfico 2 o nível de endividamento dos servidores.

Gráfico 2 – Nível de endividamento



Fonte: dados da pesquisa (2021)

A respeito de como se consideram quanto ao nível de endividamento, observou-se que 34,34 % se consideram pouco endividados e 25% mais ou menos endividados.

Percebe-se um resultado positivo, visto que os servidores têm um controle financeiro, capaz de administrar as dívidas. Apenas 12,40% afirmaram estar muito endividados (Gráfico 2). Na pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo houve um recorde de endividamento alcançando 74% das famílias no país, com dívidas ou contas em atraso, que representam 25,5% e 10,3%, afirmaram que não conseguiriam quitar as dívidas (CNC, 2021).

4.4 Educação Financeira

Considerando o Decreto Federal n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010, que estabeleceu diretrizes para a educação financeira no Brasil, com o intuito de viabilizar a educação financeira como política pública (Brasil, 2010) e depois revogado pelo Decreto 10.393 de junho de 2020, que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira no país. Nesse sentido, a pesquisa busca verificar como ocorre o gerenciamento das finanças pessoais dos servidores públicos, que detêm o nível de educação financeira e a busca por aperfeiçoamento (Tabela 5).

Tabela 5 – Gestão financeira

1 - Na educação financeira o salário é um fator determinante?	Quant.	%
Sim	57	89
Não	6	9,4
Não respondeu	1	1,6
Total	64	100

2 - Ao ter um aumento, o que faria em um primeiro momento?	Quant.	%
Quitaria as dívidas possíveis	31	48,4
Realizaria algum investimento	16	25
Deixaria o dinheiro guardado	11	17,2
Compraria um bem material desejado há um tempo	3	4,7
Outros	3	4,7
Total	64	100

3 - Possui controle de gastos?	Quant.	%
Sim	53	82,8
Não	11	17,2
Total	64	100

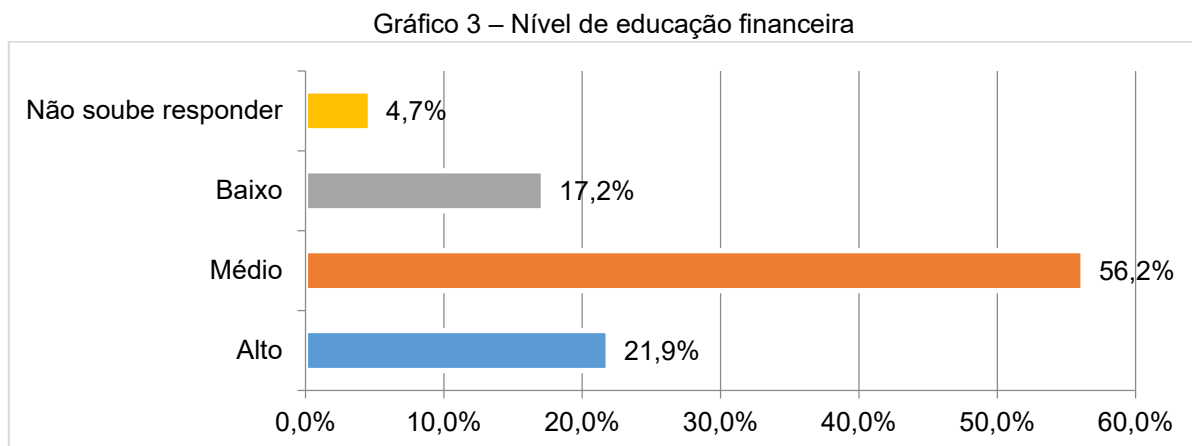
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A pesquisa demonstrou que 89,1% dos respondentes acreditam que o salário é um fator determinante para a educação financeira, enquanto 9,4% discordam. Esse resultado se assemelha ao de Ferreira (2020), no qual 93,04% consideram o salário decisivo.

Observou-se que 48,4% dos servidores afirmaram que se recebessem um aumento, quitariam as dívidas possíveis ou investiriam em uma forma de aumentar sua renda. Isso demonstra um equilíbrio financeiro por parte dos respondentes. Isso se deve ao fato de que 82,8% dos servidores possuem controles sobre os gastos. Em contrapartida, pesquisas no âmbito da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo apresentam resultados que indicam o aumento do endividamento

das famílias, inclusive daquelas que não conseguirão quitar suas obrigações (Ribeiro *et al.*, 2021).

Diante disso, observa-se que há um nível considerado de educação financeira dos servidores (Gráfico 3).



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que 56,3% acreditam ter um nível médio de educação financeira, enquanto 21,9% dizem ter nível alto (Gráfico 3). Os resultados se mostraram positivos, pois Ferreira (2020) afirma que ter um nível alto ou médio de educação financeira leva ao controle de gastos. Quanto maior o nível de conhecimento financeiro, maior o controle. A pesquisa, no entanto, diverge de Silva, Neto e Araújo (2017), pois 41% possuem um baixo nível de educação financeira. Apenas 19% estão classificados no grupo com alto nível de educação financeira.

Na Tabela 6 mostram-se os meios pelos quais os respondentes da pesquisa buscam informações sobre educação financeira e com que frequência.

Tabela 6 – Educação financeira		
Quais meios buscam informações sobre educação financeira? (marcou mais de uma opção)	Quant.	%
Internet	41	46,1
Não pesquiso sobre	16	18
Livros	15	16,9
Família e amigos	6	6,7
Jornais	6	6,7
Cursos presenciais	5	5,6
Total	89	100
Qual a frequência de leitura sobre educação financeira?	Quant.	%
Raramente	33	51,6
Mensalmente	13	20,2
Diariamente	6	9,4
Semanalmente	6	9,4
Nunca	6	9,4
Total	64	100
Poupa com qual finalidade?	Quant.	%
Necessidade médica/familiar	14	21,9
Aposentadoria	14	21,9
Adquirir bens de valor agregado	14	21,9
Não consigo poupar	10	15,5

Penso em empreender	6	9,4
Poupar para meus filhos	4	6,3
Falta de interesse em gastos	2	3,1
Total	64	100
Você investe os recursos que consegue poupar?	Quant.	%
Renda Fixa	21	32,8
Aquisição de bens Imóveis	15	23,5
Renda Variável	10	15,6
Não poupo	7	10,9
Outros	7	10,9
Não aplico meu dinheiro	4	6,3
Total	64	100

Fonte: dados da pesquisa (2021)

A pesquisa evidencia que 63% utilizam a internet e os livros como meio de pesquisa em relação à educação financeira, enquanto 18% relatam que não pesquisam sobre educação financeira. No entanto, a pesquisa realizada sobre educação financeira ocorre raramente (51,6%) ou mensalmente (20,3%). Lopes (2019) mostrou em sua pesquisa que 74,13% informaram já ter informações sobre educação financeira, e que 22,01% pesquisam por meio da internet, 16,80% pela TV e 10,42% receberam informação de alguém da família.

Do total, 65,7% dos respondentes afirmam poupar para aposentadoria, necessidades médicas e aquisição de bens. Isso confirma que 32,8% deles têm um perfil conservador, pois investem o dinheiro poupado em renda fixa.

Pensando em incentivar a população a buscar informações sobre gerir o dinheiro, o Governo Federal disponibiliza um *site* oficial de educação financeira denominado Vida e Dinheiro, administrado pela Associação de Educação Financeira – AEF, uma organização que busca estratégias de educação financeira no Brasil (Saraiva, 2017).

Desse disso, existe no Brasil um plano estratégico de incentivo à educação financeira, porém ainda embrionário, que precisaria ser mais explorado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou analisar as características do endividamento dos servidores públicos da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso. Os resultados foram alcançados, uma vez que traçou o perfil socioeconômico dos servidores públicos, caracterizou o nível de endividamento e verificou como ocorre o gerenciamento das finanças pessoais.

A pesquisa identificou um perfil dos servidores experientes (41 a 60 anos) casados e com especialização na área (82,8%), com um potencial de prudência e um aspecto determinante nas decisões relacionadas à gestão e ao controle financeiro. Quanto à escolha pela carreira pública, os servidores justificam ser a estabilidade e remuneração.

O perfil socioeconômico da pesquisa indicou uma renda familiar bruta superior a 11 salários mínimos, com até dois filhos e casa própria. Percebe-se, assim, que os servidores podem controlar sua renda em relação à quantidade de dependentes, pois quanto maior o número de dependentes, maiores os gastos.

A situação de endividamento dos servidores mostrou-se controlada, pois a maior parte dos entrevistados não possui dívidas em atraso. Contudo, 36,3% afirmam ter dívidas, principalmente por falta de planejamento e queda de renda. Isso pode ser justificado pelo fato de eles terem facilidade de crédito, o que amplia seu poder de compra.

Destaca-se ainda que as principais dívidas foram empréstimo consignado e financiamento de bem imóvel, sendo superiores a 48 meses, e os maiores detentores dessas dívidas são os homens (62,5%).

A frequência de uso do cartão de crédito corresponde a 5% a 20%. Além disso, nunca houve parcelamento para pagamento da fatura do cartão de crédito, pois a maioria dos servidores não se compromete sem ter renda (60,9%). Percebe-se que os servidores entendem que o uso descontrolado do cartão de crédito pode levar ao desequilíbrio financeiro.

Diante disso, o nível de endividamento dos servidores caracterizou-se como pouco endividado para mais ou menos endividado. Percebe-se que os servidores possuem um controle financeiro, capaz de administrar as dívidas. Assim sendo, os servidores acreditam que o salário é um fator determinante na educação financeira, tanto que se houvesse um aumento da renda, quitariam dívidas ou investiriam.

Conclui-se que o nível de educação financeira dos servidores é entre médio e alto, o que demonstra resultados positivos, pois a educação financeira leva ao controle de gastos. Quanto maior o nível de conhecimento financeiro, maior o controle.

Recomenda-se que sejam realizados estudos sobre a temática com os mesmos servidores sobre as suas finanças durante ou pós-pandemia, bem como que sejam feitos estudos com outros servidores estaduais e que sejam feitas comparações.

REFERÊNCIAS

ACORDI, F. P. C. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. 2019. 144 f. Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná., Curitiba, 2019. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3994/1/CT_PROFIAP_M_Acordi%2c%20Francine%20Patricia%20Costa_2019.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Em 2019, o número de ocupados cresceu 1,7% e o salário médio caiu 3,5%**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/em-2019-o-pais-registrou-queda-de-35-no-salario-medio-mensal>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020**. Decreto cria Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/460/noticia>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística monetária e de crédito**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: Cidadania Financeira, 2013. 72 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 1.º jul. 2021.

BITTENCOURT, R. N. Os dispositivos existenciais do consumismo. **Revista Espaço Acadêmico**, [s.], v. 10, n. 118, p. 103-113, 05 mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10182/6708>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, Dispõe Sobre A Sua Gestão e Dá Outras Providências. Brasília, 22 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 10.393 de 09 de junho de 2020**. 2020. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em 17 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Análise do MP aponta ampliação de crédito para pessoas físicas**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRITO, L. da S.; BAPTISTA, J. A.; SILVA, S. R. da. A importância da educação financeira nos contextos acadêmicos e profissionais: um levantamento de dados com alunos universitários. 2012, 13 f, Rio de Janeiro, *In: IX SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, Anais...* Rio de Janeiro: AEDB, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. **Finanças pessoais**: um estudo de caso com servidores públicos. 2009. Disponível em: <http://sistema.simead.com.br/12simead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2021. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-setembro-de-2021/378600>. Acesso em: 6 out. 2021.

EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. FERNANDES, J. J. M.; PEREIRA, F. W. F. **A pirâmide de Maslow em pleno século XXI**. Curso de Administração, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará,

2017. 12 f. Disponível em: https://adm-portal.appspot.com/storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academico_7118.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

FERNANDES, S. da S. **Finanças comportamentais**: um estudo com os alunos do curso de ciências contábeis de uma universidade de Santa Catarina. 2011. 62 f. Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Criciúma, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/607/1/Simone%20da%20Silva%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FERREIRA, F. V. da S. **Finanças pessoais**: um estudo sobre educação financeira dos servidores públicos da UFPB. 2020. 52 f. Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Finanças e Contabilidade, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17369/1/FVSF30042020.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Propensão ao endividamento e percepção de risco: O caso dos servidores públicos da UFMS. **XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2012. 11 f. Beto Gonçalves. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2012_TN_STO_159_929_19865.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. **No Dia Mundial da População, UNFPA aponta queda de fecundidade no Brasil entre mulheres mais vulneráveis**. 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-populacao-da-onu-aponta-fecundidade-no-brasil-entre-mulheres>. Acesso em: 19 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

GITMAN, L. **Princípios da Administração Financeira**. 10. ed. Porto Alegre, 2004.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1975. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

GOMES, G. M.; SORATO, K. A. D. L. Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos. **Seminário de ciências sociais aplicadas**. v. 2, n. 2, 15f,

2010. Disponível em:

<http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1424/1351#>. Acesso em: 6 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades e Estados.

Fecundidade. **Censo 2010**. 2010. Disponível em:

<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1472-nupcialidade-e-fecundidade.html?Itemid=6160>. Acesso em: 5 out. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades e Estados. **População**

estimada. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 17 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades e Estados. **IBGE**

divulga o rendimento domiciliar per capita 2020. 2021. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2020.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto – PIB**.

2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 17 jul. 2021.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 30. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, R. S. L.; BARBALHO, P. R. M.; NASCIMENTO, H. L. do; MEDEIROS NETO, J. S. de; BRITO, M. L. de A. **O estudo das finanças pessoais no âmbito**

universitário. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/656>. Acesso em: 20 out. 2021.

LISBOA, E. S. F. **Planejamento e controle das finanças pessoais: um estudo com servidores públicos**. 2012. Monografia – Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44678/R%20-%20E%20-%20ELISANGELA%20SOARES%20FERREIRA%20LISBOA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 jun. 2021.

LIZOTE, S. A.; LANA, J.; VERDINELLI, M. A.; SIMAS, J. de. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior. 2016. **Revista da UNIFEDE**, Brusque, v. 1, n. 19, p. 72-85, 2016.

Disponível em:

<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/186>. Acesso em: 20 out. 2021.

LOPES, M. A. **Endividamento x planejamento financeiro pessoal: um estudo com policiais militares do estado da Paraíba**. 2019. 57 f. Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15854/1/MAL24092019.pdf>. Acesso em: 1.º out. 2021.

LUCENA, D. da S. **Estudo sobre a falta de planejamento financeiro e endividamento de bombeiros militares do estado da Paraíba**. 2019. 65 f. Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15762/1/DSL18092019.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

MIOTTO, A. P. **Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidoras da classe c**. 2013. 164 f. Curso de Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10631/Tese_Ana%20Paula%20Miotto.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2021.

OLIVEIRA, K. P. de; PAULA, M. T. M. S. de; PAIVA, L. R. de O.; ANDRADE, K. O. F.; COURA, E. R. A estabilidade no setor público brasileiro: o que pensam os servidores públicos? 2021. 22 f. Rodapé - **Revista de Carreira e Pessoas**, Belo Horizonte, MG, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/44754>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RIBEIRO, Q. D. M.; SOUZA, M. C. de; VIEIRA, N. dos S.; MOTA, R. C. L. A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. 2021. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e43310918213, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GkzyD1f8gYsJ:https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18213/16321/227831+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 fev. 2022.

RODRIGUES, A. S. **Finanças Pessoais: Fatores determinantes do comportamento financeiro dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Ouro Preto - mg**. 2017. 76 f. Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Mestrado, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://mestrado.unihorizontes.br/wp-content/uploads/2017/09/ADRIANO-SERGIO-RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SARAIVA, C. S. **Os sujeitos endividados e a Educação Financeira**. 2017. Educar em Revista [online], 66, 157-173. doi: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53867>

SEFAZ. Secretaria de Estado de Fazenda. **História da Secretaria de Estado de Fazenda**. 2021. Disponível em:

<http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/historia>. Acesso em: 29 maio 2021.

SILVA, J. S. da. **Educação e planejamento financeiro**: um estudo com servidores de uma IES pública. 2018. 47 f. Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Finanças e Contabilidade, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – Pb, 2018. Disponível em:

<http://www.revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/232/195>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SILVA, J.; SILVA NETO, O.; ARAÚJO, R. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 104-120, 28 abr. 2017.

Portal de Periódicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20170207>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SILVA, R. da.; TEXEIRA, A.; BEIRUTH, A. X. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. **Revista Unemat de contabilidade**, Tangará da Serra, UNEMAT, v.5, n.10, p. 113-136, jul./dez., 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.30681/ruc.v5i10.1382>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOUSA, A. F. de; TORRALVO, C. F.; KRAUTER, E.; ROCHA, R. H.; ROCHA, R. H. **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio**: fundamentos e práticas. 2. ed. Barueri, Sp: Editora Manole, 2018. 469 p. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455135/cfi/4!4/4/4@0.00:21.1>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SOUZA, D. da R. **Endividamento do Servidor Público**: uma análise econômica da situação na UNB. 2015. 86 f. Curso de Gestão Econômica de Finanças Públicas S-Graduação em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2015. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18670/1/2015_Dinuar%c3%addaRochaSouza.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. **Análise da pesquisa social**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

VERLY, M. E. L. **Finanças pessoais e educação financeira**: Um estudo sobre o perfil dos servidores públicos do município de Jardim - Mato Grosso do Sul. 2018. 72 f. Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2679/1/MeireEvelinLemesVerly.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VIEIRA, K., PARABONI, A., CAMPARA, J., POTRICH, C., KUNKEL, F. **O uso do cartão de crédito por universitários: análise do perfil, da compra compulsiva e do conhecimento financeiro.** ESTUDO & DEBATE, Lajeado, UNIVATES, v.21, n.2, p. 100–122. 2014. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/617>. Acesso em: 17 jul. 2021.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, [s.], v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258860133_Educacao_Financeira_e_Decisoes_de_Consumo_Investimento_e_Poupanca_Uma_Analise_dos_Alunos_de_Uma_Universidade_Publica_do_Norte_do_Parana. Acesso em: 17 jul. 2021.